

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NA GESTÃO DE MATERIAIS EM FARMÁCIAS HOSPITALARES

André Bonato¹
Ricardo Bernardes de Mello²

RESUMO

Este trabalho trata da tecnologia da informação na gestão de materiais em farmácias hospitalares. Tal abordagem se faz necessária devida ao fato do uso da tecnologia da informação na gestão de materiais auxilia na maximização da economia de recursos públicos. O propósito deste trabalho é melhorar a gestão nas farmácias hospitalares dos hospitais militares. Este intento será conseguido através de pesquisa bibliográfica. O estudo evidenciou que o uso da tecnologia da informação na gestão das farmácias hospitalares maximiza o emprego de recursos públicos e melhora a qualidade das aquisições de medicamentos. Com o constante avanço da Tecnologia da Informação, as empresas passaram a depender cada vez mais da informação e de sistemas computacionais. Mais do que nunca, informação significa poder e seu uso apropriado pode estabelecer o diferencial competitivo e um melhor atendimento a clientes, otimizando a cadeia de serviços, produtos e pesquisas, além de uma melhor gestão de materiais. O Hospital Geral de Juiz de Fora desenvolveu um programa baseado em Tecnologia da Informação sobre a plataforma Office para o Windows, baseado em informações gerenciais repassadas pelo corpo médico operativo que melhoram a gerência dos recursos oriundos do Governo Federal, além de aumentar os recursos disponíveis descontados da remuneração dos militares que são atendidos pelo sistema Fundo do Exército.

Palavras-chave: Tecnologia da Informação. Farmácias Hospitalares. Recursos Públicos.

¹Formado pela Academia Militar de Agulhas Negras em Ciências Militares, Aperfeiçoado em Operações Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Especializado em Bases Geo-Históricas para formulação Estratégica pela Escola de Comando e Estado-Maior, Especializado em Gestão da Manutenção pela Escola de Material Bélico, Especializado em Gestão de Recursos Humanos pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Especializado em Educação a Distância pela Universidade Castelo Branco, Especializado em Psicopedagogia e Orientação Educacional pelo Centro de Estudos de Pessoal, Especializado em Gestão pela Escola de Instrução Especializada. Habilitado para missões no exterior nos idiomas Inglês e Espanhol.

²Mestre em Sistemas de Produção na Agropecuária pela instituição de ensino Universidade de Alfenas, MBA em gestão de T.I. e Especialista em Banco de dados. Bacharel em Ciência da Computação pela instituição de ensino Centro Universitário do Sul de Minas.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda uma nova solução em gestão de farmácias hospitalares em Hospitais do Exército Brasileiro empregando ferramentas de Tecnologia da Informação. Tal abordagem se faz necessária pelo contexto de constante falta de recursos no sistema público federal e pela implementação de ferramentas de gestão que facilitem a vida tanto do usuário como da unidade hospitalar. É importante ressaltar também a contribuição do trabalho para a gerência de recursos financeiros do Exército Brasileiro.

O objetivo trabalho é mostra possibilidades para a gestão de medicamentos nas farmácias hospitalares em Unidades de Saúde no Exército Brasileiro.

Com o constante avanço da TI, as empresas passaram a depender cada vez mais da informação e de sistemas computacionais. Mais do que nunca, informação significa poder e seu uso apropriado pode estabelecer o diferencial competitivo e um melhor atendimento a clientes, otimizando a cadeia de serviços, produtos e pesquisas. A TI e seus sistemas informatizados são essenciais na saúde. Esses sistemas auxiliam não só na competitividade empresarial em saúde, mas na melhoria do atendimento para a comunidade em um serviço de necessidade básica. Porém, os sistemas precisam garantir a integridade das informações mantidas e fornecidas por eles, a fim de evitar consequências graves, como processos judiciais ou indução ao erro médico. É vital que um sistema informatizado apresente informações: precisas, completas, em tempo real e útil. Este artigo aborda justamente um sistema, que têm grande importância na área, tendo como objetivo apresentar uma visão que incentive a busca pela excelência em sistemas de gestão de farmácia hospitalar em Hospitais do Exército Brasileiro. A metodologia utilizada foi composta por diversas pesquisas bibliográficas referentes ao tema, constituídas de livros, revistas técnicas, artigos de periódicos e materiais disponibilizados na Internet.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Gestão em Organizações Hospitalares

O governo brasileiro vem realizando ações no sentido de oferecer serviços de saúde de qualidade para toda a população. Entretanto, apesar dos esforços, ainda há diversos problemas nessa área. Além disso, a complexidade do ambiente no qual se inserem as organizações em geral

provoca uma demanda crescente por informações cada vez mais acuradas para a tomada de decisão.

Para que as organizações hospitalares possam atuar nesse ambiente, é necessário que seus gestores busquem ferramentas de gestão que tenham comprovada eficácia no meio empresarial (ALEMI; SULLIVAN, 2007). Dentre essas ferramentas, destacam-se as relacionadas ao controle da gestão e à avaliação de desempenho, que demandam o desenvolvimento de uma gestão eficiente e o monitoramento de indicadores de desempenho. Nesse sentido, observa-se que a avaliação de indicadores hospitalares contribui significativamente para a eficiência da gestão, pois possibilita a associação estratégica entre recursos humanos, equipamentos e matéria-prima para a prestação de serviços de saúde de qualidade.

A organização hospitalar foi definida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como parte integrante de um sistema coordenado de saúde, cuja função é prestar à sociedade completa assistência no que se refere à saúde. No Brasil, as organizações desse setor vêm promovendo as mudanças necessárias para o desenvolvimento da função de prestação de serviços à sociedade e para promover a implementação das políticas de saúde definidas na Constituição Federal (CF) de 1988. Nesse sentido, para atingir o objetivo de prestação de serviços de saúde à sociedade, é necessário que os gestores hospitalares realizem a avaliação do desempenho organizacional, a fim de mensurar a eficiência da gestão.

Assim, para a avaliação e o controle eficientes, os gestores das organizações, de forma geral, necessitam de conhecimentos avançados e específicos sobre a gestão e o custeamento das atividades operacionais e sobre as operações de investimento e de financiamento. Além disso, é necessário definir um conjunto de indicadores que possibilitem aos gestores avaliar o desempenho da organização. É necessária uma constante busca por novos modelos de gestão amparados em Tecnologia da Informação para que sejam economizados os recursos públicos tão valiosos para a consecução dos objetivos estratégicos e planos de governo.

2.2 Licitações e Transparência Pública

Licitação é um procedimento administrativo, prévio à contratação, que visa a escolher a proposta mais vantajosa para a Administração, com base em parâmetros antecipadamente definidos. A obrigação de licitar está consignada no art. 37, XXI, da Constituição Federal Brasileira, que fixou o procedimento como compulsório para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, ressalvados os casos especificados na legislação. Tal dispositivo

constitucional foi regulamentado pela Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, e alterações. Esses normativos disciplinaram o assunto licitações e contratos da Administração Pública de forma conjunta com outros posteriormente fixados. Os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e as entidades da administração indireta devem adaptar suas normas sobre licitações e contratos ao disposto na Lei n.º 8.666/93. Por sua vez, as sociedades de economia mista, empresas e fundações públicas e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelos entes federados, que têm a prerrogativa de editar regulamentos próprios, estão, também, sujeitas às disposições da Lei n.º 8.666/93.

Orientado pela missão de promover cada vez mais a transparência dos gastos públicos, o Governo Federal tem atuado firmemente no sentido de incentivar o controle social para que as práticas da Administração Pública sejam pautadas pela legalidade e pela ética. A participação ativa da sociedade é imprescindível para garantir o bom uso dos recursos públicos. Como parte desta missão, o Governo oferece aos cidadãos as Páginas de Transparência Pública, ampliando ainda mais as condições de conhecimento e controle do uso dos recursos gerados pelo pagamento dos tributos. A gestão das Páginas de Transparência Pública é regulamentada pelo Decreto n.º 5.482, de 30 de junho de 2005 e pela Portaria Interministerial n.º 140, de 16 de março de 2006, que determinam a divulgação de dados e informações pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal na Internet. Esses normativos também atribuem ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e à Controladoria-Geral da União (CGU) a responsabilidade pela gestão das Páginas. O MPOG, responsável pela programação visual, definiu este modelo de Página de Transparência Pública. A CGU exerce o papel de atualizar periodicamente as Páginas de Transparência com os dados contidos nos sistemas do Governo Federal (Siafi, Siasg, Siest e Scdp) e com aqueles enviados eletronicamente pelos órgãos que não registram as informações nos sistemas.

As páginas de Transparência Pública apresentam os dados referentes às despesas realizadas por todos os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Governo Federal (autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista), com informações sobre execução orçamentária, licitações, contratações, convênios, diárias e passagens. O Exército Brasileiro inserido nesse amplo espectro de regulamentação nas compras, envida esforços para que sejam criados sistemas que melhorem a gestão nas aquisições. Os Hospitais Militares enfrentam grande dificuldade no momento de adquirir medicamentos e na realização do certame licitatório, ressaltando que uma interrupção dos níveis de estoque implicará numa interrupção da assistência farmacêutica na Unidade de Saúde, assim deverá haver um sistema de informações

monitorando todo o processo a que estará submetido cada material, objetivando manter estoques contínuos.

A seção de licitações e contratos de um hospital militar necessita, para que não haja a interrupção no fluxo das compras, uma excelente especificação e padronização dos produtos a serem adquiridos, o qual se ampara em sistemas de informática criados nos próprios centros de saúde ou adquiridos de empresas particulares.

2.3 Gestão de Estoques de Medicamentos

A descoberta de novas doenças, o ressurgimento de outras e as concomitantes inovações tecnológicas emergentes no setor saúde, produzem uma alteração no binômio eficácia/complexidade dos tratamentos médicos. O aumento desta complexidade implica na utilização de equipamentos, exames e medicamentos onerosos, o que gera a necessidade de novos aportes financeiros para o setor. Na atualidade, os recursos econômicos destinados à saúde são frequentemente inferiores às necessidades demandadas, e tornam-se mais escassos com o aumento da sobrevida da população e com a descoberta de novas opções terapêuticas (FITZSIMMONS; FITZSIMMONS, 2005). As restrições orçamentárias, nesse cenário, conduzem os administradores da saúde à procura de novas medidas gerenciais, como o controle de recursos escassos aliado à eficiência de sua utilização, e a redução dos custos operacionais concomitante com a melhoria da qualidade da assistência médica. Com relação ao aspecto assistencial, na medicina, todo cidadão utilizará um dos componentes do sistema de saúde, durante seu ciclo de vida e para manter sua vitalidade, sendo um deles o serviço das unidades hospitalares. A instituição hospitalar abriga a farmácia hospitalar, cujo objetivo é garantir o uso seguro e racional dos remédios prescritos pelo profissional médico, além de responder à demanda das necessidades de medicamentos dos pacientes hospitalizados. Para tanto, a farmácia hospitalar mantém sob sua guarda os estoques desses produtos. Os estoques da farmácia hospitalar são caracterizados por ciclos de demandas e de ressuprimentos, com flutuações significativas e altos graus de incerteza, fatores críticos diante da necessidade de manter medicamentos em disponibilidade na mesma proporção da sua utilização. Estes remédios significam custos, e medicamentos/materiais são itens que chegam a representar, financeiramente, até 75% do que se consome em um hospital geral. Os estoques são considerados itens primordiais quando o objetivo é a redução de custos, devido a sua relevância no ciclo operacional das organizações. No Brasil, a taxa básica de juros fixada pelo governo e os juros de mercado são significativos, fazendo com que os custos de manutenção dos

estoques sejam mais elevados em relação aos países desenvolvidos. Portanto, altas taxas de juros sinalizam a urgência na busca de níveis de estoques mais baixos. Observa-se que variáveis como a quantidade de medicamentos armazenados e o tempo de permanência nos estoques estão entre as responsáveis diretas pelo aumento do custo dos produtos abrigados nas farmácias hospitalares. Planejar e controlar custos são mecanismos que podem garantir a sobrevivência das instituições hospitalares uma vez que, os tratamentos médicos onerosos, inviabilizam o exercício profissional da medicina. Neste contexto, surge a importância do gerenciamento dos estoques de medicamentos. Diferentes técnicas de administração da produção e da gestão dos estoques foram desenvolvidas a fim de solucionar os problemas originados no ambiente de manufatura, mostrando eficiência na gerência de operações de uma indústria. Estas técnicas podem ser adaptadas às novas necessidades presentes na gestão de serviços, tendo aplicação nas farmácias das instituições hospitalares, buscando a otimização do controle dos itens dos estoques.

No HGeJF foi feita ampla pesquisa de que materiais deviam compor os kits dos atendimentos das diversas especialidades atendidas na unidade hospitalar. Fruto dessa pesquisa o hospital pode descontar o valor dos kits diretamente do contracheque dos militares atendidos, fato que antes não acontecia. O retorno em valores aproxima-se do valor de 500 mil reais ao ano, valores que podem ser aplicados em outros serviços e melhorias na unidade hospitalar. Ressalta-se nesse tópico a importância dos sistemas de tecnologia da informação na gerência e utilização de estoques disponíveis nas unidades de saúde do Exército Brasileiro.

2.4 Otimização de Farmácias Hospitalares

A gestão de suprimentos em hospitais públicos vem se tornando uma tarefa das mais complexas e vai além da burocracia. Administrar é gerir com ênfase nos recursos humanos, no conhecimento teórico e nos processos. Deste último encontra-se o ato de suprir, adequadamente, o ambiente hospitalar com materiais adequados que garantam a qualidade, a produtividade, a satisfação dos pacientes e a prestação de serviços pela equipe hospitalar. Este estudo visa analisar a complexidade da Gestão de Suprimentos na Gestão Hospitalar Pública, levantando conceitos, identificando atividades e benefícios de uma gestão voltada para o processo de suprimento hospitalar com competência e responsabilidade. Conhecendo cada detalhe desse processo, seu desenvolvimento, suas limitações e as formas de conduzi-lo minimizando custos sem ferir a excelência na prestação de serviços é dever de todo gestor. Neste contexto, discute-se a gestão de estoque da farmácia hospitalar do Hospital Geral de Juiz de Fora, um exemplo a ser seguido por

hospitais públicos, onde amparados num programa simples de TI, melhorou-se muito a gestão de medicamentos, obtendo maximização nas aquisições de medicamentos, aumentando a produtividade.

2.5 Seleção de Medicamentos em Farmácias Hospitalares

Na visão de Novaes, Gonçalves e Simonetti (2006) medicamentos são insumos básicos à vida. Estudo publicado no boletim *Morbidity and Mortality Weekly Report* (2006), mostra que aproximadamente 50% das mulheres e 40% dos homens entrevistados relataram a utilização de pelo menos um medicamento no mês anterior ao estudo, excluídas as situações de automedicação. Na área hospitalar é difícil estabelecer com que necessidades de medicamentos o paciente será admitido na instituição, o que gera a necessidade de formação dos estoques de remédios da farmácia hospitalar.

A farmácia hospitalar é a unidade clínica de assistência técnica e administrativa, dirigida por farmacêutico e integrada, funcional e hierarquicamente, às atividades hospitalares. A finalidade da farmácia hospitalar é garantir a qualidade da assistência prestada ao paciente, através do uso seguro e racional de medicamentos e correlatos, adequando sua aplicação à saúde individual e coletiva (CAVALLINI e BISSON 2002). Barbieri e Machline (2006) sinalizam que a importância dos estoques na saúde é dimensionada não somente pelo seu valor monetário, mas pela essencialidade à prestação de serviços a que dão suporte; logo, nesses estoques, não deve haver excessos de medicamentos - o que implica alto custo-, nem a falta dos mesmos ou *stockout* - com a possibilidade de ocasionar até o óbito de pacientes. A questão consiste em manter o estoque disponível na mesma proporção da demanda, objetivando a redução de custos, já que todo e qualquer armazenamento de materiais gera custos. Segundo Barbieri e Machline (2006), os suprimentos incluídos os medicamentos são responsáveis por 54% dos custos hospitalares. Observa-se que duas variáveis são responsáveis diretas pelo aumento do custo dos medicamentos: (1) a quantidade dos produtos armazenados e (2) seu tempo de permanência nos estoques. Quanto maior o grau dessas duas variáveis, maior será o custo final dos estoques (CAVALLINI e BISSON, 2002). O custo dos medicamentos destinados aos pacientes hospitalizados apresentou um crescimento significativo, mais expressivo do que a inflação dimensionada para a saúde no mesmo período.

Observa-se que os custos operacionais da saúde são crescentes, insustentáveis tanto às organizações de saúde de caráter privado quanto aos cofres públicos, implicando a utilização de mecanismos gerenciais como planejar e controlar custos. Diferentes técnicas de gestão de estoques e da administração da produção foram desenvolvidas, a fim de solucionar os problemas originados no ambiente da manufatura, com eficiência na gerência de operações de uma indústria. Estas técnicas podem ser adaptadas às novas necessidades presentes na gestão de serviços, tendo aplicação nas farmácias das instituições hospitalares, buscando a otimização do controle dos estoques. O uso de TI nas farmácias hospitalares é de enorme importância para controlar os estoques, apoiar o setor de aquisições na padronização de medicamentos, evitando o desperdício e maximizando o uso dos escassos recursos públicos.

2.6 Sistema de Saúde no Exército

A assistência médico-hospitalar à família militar tem sido uma das principais prioridades do Comando do Exército, que tem envidado esforços permanentes no sentido de melhorá-la e aperfeiçoá-la, seja na obtenção de recursos financeiros na esfera do governo federal, seja na aplicação judiciosa dos recursos disponibilizados e arrecadados. Importante fator para a manutenção do equilíbrio receita/despesa é o custo crescente da saúde em âmbito global, já que a inflação médica é muito superior à inflação oficial, em função da absorção de novas tecnologias de tratamento, bem como do aumento da expectativa de vida da população brasileira. A fim de enfrentar estes desafios e de proporcionar o adequado atendimento aos beneficiários do Fundo de Saúde do Exército (FUSEx), dentre outras medidas, tem buscado a melhoria nos processos gerenciais, com a implantação de sistemas informatizados de repasse de recursos e encaminhamentos, a revisão da legislação de assistência médico-hospitalar e o reequipamento e a modernização das OMS. Cabe ressaltar que não tem havido contingenciamento de recursos do Fundo de Saúde do Exército (FUSEx) por parte do governo federal e que o montante arrecadado pelo Fundo é totalmente orientado e aplicado na assistência médico-hospitalar dos militares, pensionistas e seus dependentes. Segundo o site da Diretoria de Saúde, o Sistema de Atendimento Médico-hospitalar aos Militares do Exército, Pensionistas Militares e seus Dependentes (SAMMED) atende a cerca de 750 mil beneficiários em todo o território nacional, por intermédio de uma rede formada por 28 hospitais militares, 4 policlínicas e 24 postos médicos. Dentre os atendidos pelo SAMMED, 570 mil também são beneficiários do FUSEx, que é uma fonte de

recursos que se destina a complementar a assistência médico-hospitalar. Tal Fundo é gerido por 169 unidades gestoras, que atendem à família militar, ampliando o atendimento prestado pelo SAMMED por intermédio de uma rede de, aproximadamente, 3.325 Organizações Cívicas de Saúde e 2.285 Profissionais de Saúde Autônomos, contratados, conveniados ou credenciados, possuindo as seguintes características que o diferenciam dos planos de saúde existentes no mercado:

- a.** inexistência de carência;
- b.** não possui limite de prazo para internações hospitalares;
- c.** não possui limite de prazo para internações em UTI;
- d.** possui ampla cobertura de procedimentos;
- e.** não restringe novas tecnologias, desde que necessárias e aprovadas pela Associação Médica Brasileira;
- f.** proporciona atendimento odontológico;
- g.** fornece órteses, próteses não odontológicas e artigos correlatos;
- h.** fornece, em muitos casos, medicamentos de alto custo;
- i.** tem baixo valor de contribuição, em comparação com os planos de saúde, principalmente para os menores graus hierárquicos;
- j.** perdoa a dívida de titulares falecidos ou a que extrapole a capacidade de pagamento do beneficiário;
- k.** possibilita atendimento no exterior, em casos específicos;
- l.** proporciona evacuação terrestre e aeromédica; e,
- m.** não onera o usuário com aumentos das contribuições decorrentes das mudanças de faixa etária.

Todos os militares e servidores civis diretamente envolvidos no gerenciamento do FUSEx têm perfeita noção do excepcional papel social que o Fundo desempenha, amparando todos os que dele realmente necessitam, principalmente nos momentos de grande aflição pessoal ou familiar, motivados por enfermidades graves. E este reconhecimento é confirmado por depoimentos de inúmeros militares que, nesses momentos de grande dificuldade, puderam confirmar que o FUSEx foi o suporte que os amparou e minimizou seu sofrimento, fornecendo recursos para um atendimento médico-hospitalar de qualidade a todos os beneficiários, independente de seu grau hierárquico ou valor de sua contribuição, o que não seria viável caso o Fundo não existisse.

O Hospital Geral de Juiz de Fora desenvolveu um programa de TI, baseado na plataforma Office para Windows, que gerencia os estoques e possibilita aumentar a arrecadação do FUSEx por meio da padronização de medicamentos e materiais hospitalares, possibilitando o desconto

devido na folha de pagamento dos militares que usaram os referidos kits e medicamentos depois de retirados da instalação depósito. Todo militar ou dependente, com o intuito de reforçar o Fundo de Saúde desconta em folha um valor de até 3,5% da remuneração no seu contracheque, e também tem descontado valor de 20% do valor de cada procedimento executado numa unidade de saúde.

2.7 Tecnologia da Informação

O termo Tecnologia da Informação (TI) é o conjunto de recursos tecnológicos e computacionais para geração, aplicação e uso da informação. Também é comumente utilizado para designar o conjunto de recursos não humanos dedicados ao armazenamento, processamento e comunicação da informação, bem como o modo como esses recursos estão organizados em um sistema capaz de executar um conjunto de tarefas. A TI não se restringe a equipamentos (hardware), programas (software) e comunicação de dados. Existem tecnologias relativas ao planejamento de informática, ao desenvolvimento de sistemas, ao suporte ao software, aos processos de produção e operação, ao suporte de hardware, etc. A sigla TI, tecnologia da informação, abrange todas as atividades desenvolvidas na sociedade pelos recursos da informática. É a difusão social da informação em larga escala de transmissão, a partir destes sistemas tecnológicos inteligentes. Seu acesso pode ser de domínio público ou privado, na prestação de serviços das mais variadas formas.

Pequenas e grandes empresas dependem dela para alcançar maior produtividade e competitividade. Através de passos simples ensinados por empresas do ramo, muitas alcançam sucesso e alavancam maiores rendimentos. A aplicação, obtenção, processamento, armazenamento e transmissão de dados também são objeto de estudo na TI. O processamento de informação, seja de que tipo for, é uma atividade de importância central nas economias industriais avançadas por estar presente com grande força em áreas como finanças, planejamento de transportes, design, produção de bens, assim como na imprensa, nas atividades editoriais, no rádio e na televisão. O desenvolvimento cada vez mais rápido de novas tecnologias de informação modificou as bibliotecas e os centros de documentação (principais locais de armazenamento de informação) introduzindo novas formas de organização e acesso aos dados a obras armazenadas; reduziu custos e acelerou a produção dos jornais e possibilitou a formação instantânea de redes televisivas de âmbito mundial. Além disso, tal desenvolvimento facilitou e intensificou a comunicação pessoal e institucional, através de programas de processamento de texto, de formação de banco de dados, de editoração eletrônica, bem de tecnologias que permitem a

transmissão de documentos, envio de mensagens e arquivos, assim como consultas a computadores remotos (via rede mundiais de computadores, como a internet). A difusão das novas tecnologias de informação trouxe também impasse e problemas, relativos principalmente à privacidade dos indivíduos e ao seu direito à informação, pois os cidadãos geralmente não tem acesso a grande quantidade de informação sobre eles, coletadas por instituições particulares ou públicas.

As tecnologias da informação não incluem somente componentes de máquina. Existem tecnologias intelectuais usadas para lidar com o ciclo da informação como: técnicas de classificação, por exemplo, que não requerem uso de máquinas apenas um esquema. Este esquema pode, também, ser incluído em um software que será usado, mas isso não elimina o fato que a técnica já existia independentemente do software. A Portaria Nº 017-EME, de 8 de março de 2007 através do seu Art. 4º colocou em uso o Sistema de Material do Exército (SIMATEX) que é um sistema corporativo de desenvolvimento contínuo e evolutivo, integrante do Sistema de Informações Organizacionais do Exército (SINFORGEEx), que busca, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação, integrar processos, procedimentos, métodos, rotinas e técnicas, destinadas à produção de conhecimentos com qualidade e oportunidade necessários ao controle automatizado e ao gerenciamento de todos materiais no âmbito do Exército Brasileiro. O SIMATEX é composto por três subsistemas:

- I - SICATEX - Sistema de Catalogação do Exército;
- II - SISCOFIS - Sistema de Controle Físico; e
- III - SISDOT - Sistema de Dotação.

O uso dessa tecnologia nos hospitais militares, em especial nas farmácias hospitalares, se faz necessário para melhor gerenciar os recursos públicos disponíveis pelo Governo Federal.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste momento podemos concluir que o uso de tecnologia da informação na gerência de medicamentos nas farmácias hospitalares é de grande serventia para uma unidade hospitalar militar que possui recursos financeiros limitados, e pode através de uma melhor gestão de materiais melhorar seu atendimento e melhorar a qualidade dos seus serviços.

Podemos afirmar que o programa implementado pelo Hospital Geral de Juiz de Fora foi desenvolvido sem custo por um grupo de militares, e pode melhorar o desempenho na gestão de medicamentos e materiais da farmácia hospitalar através de amplo estudo na formação de kits das

mais diversas especialidades, além do uso de sobras de medicamentos que antes eram descartados por não poderem ser retirados do sistema de gerência de materiais de uso oficial do Exército Brasileiro (SIMATEX – Sistema de Material do Exército) em doses personalizadas oferecidas aos pacientes no emprego diária do corpo clínico (farmácia, odontologia, cirurgia, imagem e laboratório).

A seção de Farmácia Hospitalar desenvolveu o uso de kits para os atendimentos, sejam eles de qualquer especialidade, e encaminhou o estudo para a seção de licitação e contratos (SLC) do HGeJF, que pode baseado nessas informações melhorar a especificação dos materiais a serem licitados, economizando recursos financeiros públicos, que podem ser empregados em outras áreas críticas.

A seção de auditoria Interna baseada nesse estudo pode implementar os descontos nos contracheques dos usuários relativos ao uso de medicamentos que não eram anteriormente lançados no sistema por falta de dados personalizados sobre o uso em determinado atendimento. Como exemplo o paciente de uma enfermaria não poderia ser descontado do valor de certo medicamento porquê o saque no sistema SIMATEX é por caixas de 20 comprimidos e o paciente só usou cinco. As outras quinze unidades eram descartadas ou acondicionadas num recipiente de sobras sem o mínimo controle. Hoje com o uso desse programa não existem sobras, o paciente só recebe aquilo que é receitado, coibindo o desperdício.

A título de sugestão, esse estudo fruto do esforço individual do Hospital de Geral de Juiz de Fora, deveria ser disseminado por todos os Hospitais Militares para a melhoria da gerência de medicamentos nas farmácias hospitalares. Tal estudo de gestão usando Tecnologia da Informação deveria ser aprofundado, visto que a plataforma em uso tem um custo para ser usada (Office). Deveriam ser implementadas ações para o seu uso em sistemas operacionais livres de custo da licença (LINUX), pois o HGeJF não possui pessoal capacitado a trabalhar com a plataforma Livre. A padronização desse programa em Hospitais Militares ajudará o Exército Brasileiro a melhorar sua gestão de materiais e recursos financeiros e melhorar sua qualidade no atendimento frente ao público interno e manter sua alcunha de excelente gestor que possui no sistema Público Brasileiro

INFORMATION TECHNOLOGY ON MANAGEMENT OF MATERIALS IN HOSPITAL PHARMACY

ABSTRACT

This research deals with the information technology on management of materials in hospital pharmacy. This approach is necessary because it helps to maximize the economics of the public resources. The purpose of this research is to improve the management of materials in hospital pharmacy on military hospitals. The intent was achieved through a bibliographic research. The study revealed that the use of the information technology on management of materials in hospitals pharmacy maximizes the use of public resources and improve the quality of the purchase of the medicine. With the constant advancement of the information technology (IT) companies have to become increasingly dependent of the IT and computer systems.

More than ever, information means power and its proper use can establish competitive advantage and better customer service, optimizing the chain of services, products and research, and better materials management. The "Hospital Geral" from Juiz de Fora, has been developing based on information technology program (for Windows), according to management information gathered from the operating medical staff, that improved the management of funds from the Federal Government, in addition to increasing the resources available deducted from the salaries of military that are attended by the Army Fund system.

Keywords: Information Technology. Hospital Pharmacy. Public Resources.

REFERÊNCIAS

ALEMI, F.; SULLIVAN, T. An Example of Activity Based Costing of Treatment Programs.

The American Journal of Drug and Alcohol Abuse, v. 33, p. 89–99, 2007.

BARBIERI, J.C.; MACHLINE, C. **Logística hospitalar** – teoria e prática. São Paulo. Saraiva. 2006.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.

BRASIL. Lei 8.666, de 21 de junho de 1993. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm. Acesso em 13/08/2015

BRASIL. Lei 8.666, de 21 de junho de 1993. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm. Acesso em 13/08/2015

CAVALLINI, M. E.; BISSON, M. P. **Farmácia hospitalar**: um enfoque em sistemas de saúde. Barueri: Manole, 2002.

CUNHA, G.W.B. Padronização de medicamentos na área hospitalar. In: **Congresso de Administração Hospitalar**, 3., 1979, São Paulo.

DECRETO nº 5.482, de 30 de junho de 2005, dispõe sobre a divulgação de dados e informações, pelos órgãos e entidades das Administração Pública Federal, por meio da rede mundial de computadores- Internet.

DIAS, George. Paulus P; Corrêa, Henrique L. **De Volta à Gestão de Estoques**: As Técnicas estão sendo usadas pelas empresas? – Artigos da Fundação Getúlio Vargas SP – 1998.

DIRETORIA DE SAÚDE. Disponível em: <<http://www.eb.mil.br>> Acesso em: 02 Ago 2015

FITZSIMMONS, J. A.; FITZSIMMONS, M. J. **Administração de serviços**: operações, estratégia e tecnologia da informação. 4ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

GASNIER, D. **Gestão de Materiais** – A finalidade dos Estoques – artigo disponível em www.exercito.gov.br.

MATSUBAYASHI, R; **Gestão de Estoques Reduz Custos e melhora Qualidade**. 2002 – Disponível www.empresario.com.br.

NOVAES, M. L. O.; GONÇALVES, A. A.; SIMONETTI, V. M. M. Gestão das farmácias hospitalares através da padronização de medicamentos e utilização da curva ABC. In: **Anais do XIII Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**, 8f., Bauru: SIMPEP, 2006.

NOVAES, M. L. O. **Modelo de previsão de demandas e redução de custos da farmácia hospitalar**. 214 f. Dissertação (Mestrado em Administração e Desenvolvimento Empresarial) - UNESA, Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2007.

PATERNIO, D. **A administração de materiais no hospital**: compras, almoxarifado e farmácia. 2. ed. São Paulo: CEDAS, 1990.

PORTARIA INTERMINISTERIAL nº 140, de 16 de Março de 2006. Acesso em 18 out. 2015.

PORTARIA nº 017- EME de 08 de março de 2007, aprovas as normas para o funcionamento do Sistema de Material do Exército(SIMATEX).

Recommendations Infection Control Practices for Dentistry. **MMWR, Morbidity and Mortality Weekly Report**, Atlanta, v.42, n. RR-8, May., p.1-12, 2006.